
ANEXO I do CCP

1 — José Luís Pinto da Rocha, com o NIF nº220977593, residente na Rua da Torre, nº 432 Peroselo , 4560-750 Penafiel, e Cristiano Manuel Ventura Ferreira, com o NIF nº231526415, residente na Rua de Miraval, nº19 UF de Luzim e Vila Cova, 4560-210 Penafiel, na qualidade de representantes legais de **DIZconstrução, Lda.**, com o NIF 514 129 000, com sede na Rua de Miraval nº19, UF Luzim e Vila Cova, 4560-210 Penafiel, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para a execução da empreitada “**ORU - Caminha - R. Ricardo Joaquim de Sousa, Largo Dr. Luís Fetal Carneiro, Trav. do Tribunal e Largo do Turismo**”, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Lista de Preços Unitários;
- b) Mapa Resumo;
- c) Nota Justificativa do Preço Proposto;
- d) Plano de Trabalhos, incluindo Plano de Equipamentos e Plano de Mão-de-obra;
- e) Plano de Pagamentos;
- f) Memória Descritiva e Justificativa do modo de execução da obra;
- g) Declaração de Preços Parciais.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

8 — A certidão permanente da empresa DIZconstrução tem o seu código: 3315-6708-3760

Penafiel, 2 de outubro de 2018

